

FORMAÇÃO DE DIRETORES SOBRE ACESSIBILIDADE FÍSICA EM ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Vera Lucia Mendonça Nunes; Eduardo José Manzini
vera.mendonca@unesp.br

Programa de Pós-Graduação em Educação, UNESP, Marília

Introdução

A importância do diretor de escola é inquestionável e, por isso, compreende-se que o executar desta função necessita do desenvolvimento de habilidades e conhecimentos adquiridos, num primeiro momento, em sua formação inicial e, em segundo momento, em atualizações de sua formação, por meio de especializações, cursos específicos em diferentes áreas que envolvam seu trabalho, como a gestão de recursos financeiros, gestão de recursos humanos, inclusão escolar entre outros.

Para Libâneo (2013), o gestor da escola precisa ter uma visão aliada a uma prática que envolva a escola nos seus aspectos pedagógicos, culturais, administrativos e financeiros.

Quando se pensa nestas áreas de atuação, de prática do diretor de escola, é fundamental pensar em formação, pois cumpre envolver esse diretor cada vez mais no compromisso de transformar seu espaço escolar com qualidade.

Sobre a função exercida pelo diretor, alguns autores destacaram que o diretor é considerado uma figura central e possui influência em toda cultura organizacional da escola, pois é o condutor do processo e suas ações possuem, uma dimensão política, e isso envolve questões, técnicas, políticas e pedagógicas (Souza, 2006; Paro, 2012).

Assim, considerando o papel do diretor em uma gestão democrática, que é um modelo mais atual, ele passa a ser um mediador ao mesmo tempo em que necessita envolver e promover a participação coletiva nas decisões do contexto escolar.

Desse modo, a administração, não se resume ao esforço gasto por pessoas isoladamente, mas com o esforço coletivo (Paro, 2012). Com isso, o autor ressalta que todos devem e precisam participar e isto seria desde o planejamento até a execução de projetos e planos, que podem ser tanto administrativos como pedagógicos.

Para tanto, o diretor necessita estar preparado, atualizado com seus conhecimentos para atuar e direcionar este processo de gestão, sendo, pois, para isso, essencial a formação. A escola está em permanente mudança e, somente com formação contínua, poderá intervir no ambiente escolar, colocando em prática as políticas públicas, garantir os direitos legais da escola, do aluno, assim como, reivindicar direitos da instituição junto aos órgãos competentes.

Sobre a formação de diretores, o atual Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 determina como estratégia, em sua meta 19, desenvolver cursos de formação de diretores e gestores escolares (Brasil, 2014).

Assim, entendendo a gestão escolar como importante fator para a definição da qualidade educacional, a insuficiência da formação inicial e contínua dos diretores escolares no que tange aos conhecimentos específicos necessários para a sua atuação na função, apresentam insuficientes. Desse modo, é importante ressaltar para a escassez de pesquisas que tenham como objetivo a formação do diretor escolar.

É preciso notar que um dos obstáculos para formação dos diretores de escola está na diversidade de atividades a serem executadas, por haver diversas dimensões envolvidas na gestão, o que exige múltiplos conhecimentos, habilidades e atitudes (LÜCK, 2009).

Importante ressaltar que o tipo de formação do diretor influenciará nas competências (in) existentes à frente da escola que incide sobre os resultados necessários. Dentre estas competências, está a questão da acessibilidade nas escolas, ou seja, nos espaços físicos, nos locais, nas rotas que as pessoas precisam percorrer para chegar em determinado local no espaço escolar, ou seja, para entrar pelo portão da escola, para seguir até a sala de aula, para se deslocar da sala de aula para o banheiro, da sala de aula para a biblioteca, da sala de aula para a quadra esportiva, da sala de aula para o refeitório. Além dessas rotas, é preciso identificar outros elementos arquitetônicos importantes e que estejam dentro das normativas. Por exemplo, a medida das portas, o tipo de piso, a largura da calçada, do corredor para a sala de aula, dos itens do banheiro necessários e adequados, das rampas, corrimão, entre outros.

Desse modo, acessibilidade é criar contextos em que as pessoas tenham acesso a esses locais o que garante uso de mobiliários, equipamentos de transporte, comunicação, informação e locomoção (Brasil, 2004; Manzini, 2014; Vasconcelos, 2023).

Dados de Censo Escolar de 2022 mostraram que, no Brasil, havia 47.382.074 alunos da Educação Básica matriculados e que 1.527.794 eram da Educação Especial, sendo que 1.372.985 frequentavam a sala comum e 154.809 matriculados em escolas exclusivas, ocupando assim, 3,2% de matrículas no país. O Censo de 2022 mostrou ainda que a Rede Municipal de Ensino, com alunos do Ensino Fundamental I, ocupa 54,3% das matrículas de Educação Especial em relação aos outros tipos de Redes de Ensino: Estadual, Federal e Privada. Por etapa de ensino, o Ensino Fundamental I, aparece com 35,3% com maior número de matrículas da Educação Especial (Brasil, 2023).

Com base nisso, é possível constatar que o Ensino Fundamental I em Rede Municipal é o que mais possui alunos da Educação Especial. Sobre o fato de que parte da função da direção escolar é administrar toda a instituição de ensino, promover a gestão democrática e garantir a qualidade e acesso ao ensino, é preciso conhecer todas as normas do ensino educacional, assim como as instruções, portarias e legislação referentes a esse sistema escolar, inclusive sobre condições de acessibilidade. Assim, é preciso que os diretores de escolas, tenham conhecimento sobre como avaliar as condições de acessibilidade física nas escolas, o que demanda uma formação específica.

Desse modo, “quais são os métodos, abordagens e impactos da formação de diretores sobre acessibilidade física em escolas do ensino fundamental?”

Objetivo

O objetivo deste estudo foi analisar, por meio de uma revisão sistemática de literatura, artigos e dissertações nacionais que identifiquem a formação de diretores de escola sobre acessibilidade física.

Método

Esta pesquisa constitui um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, realizado pelo processo de revisão sistemática de literatura. Tal revisão busca investigar de modo focado uma questão definida que identifique, selecione, avalie e sintetize as evidências relevantes disponíveis (Galvão; Pereira, 2014).

A fim de alcançar o objetivo proposto, a coleta de dados compreendeu a busca de artigos, teses e dissertações na base de dados Capes. Sua inclusão justifica-se pela importância e reconhecimento acadêmico em pesquisas da área da Educação.

Para este mapeamento utilizaram-se os seguintes descritores, respectivamente combinados: 1) formação de diretores AND acessibilidade AND ensino fundamental; 2) formação de diretores AND acessibilidade; 3) formação AND diretores; 4) acessibilidade AND formação AND diretores; 5) formação AND acessibilidade AND diretores; 6) diretores AND formação AND acessibilidade; 7) gestores AND acessibilidade AND escolas.

Com critérios de inclusão, foram selecionados estudos que contemplassem a formação de diretores de escola do Ensino Fundamental e sua relação com a acessibilidade física, no período de 2004, ano da legislação ABNT NBR 9050/2004 a 2024, ano de publicação do estudo.

Foram excluídas as pesquisas de revisão sistemática de literatura, ensaios, capítulos de livros, livros e trabalhos repetidos, estudos internacionais, que não abordem especificamente a formação de diretores de escola sobre acessibilidade, estudos com foco exclusivo em outros aspectos de acessibilidade, que não seja física, trabalhos incompletos e estudos que não destacassem o ensino fundamental.

De acordo com Bardin (2016), priorizou-se a análise de elegibilidade dos estudos identificados na base de dados, em três etapas:

- 1) A pré-análise: realizou-se a leitura flutuante dos títulos e resumos para escolha dos estudos que estavam dentro dos critérios de inclusão.
- 2) A análise: nesta etapa foram selecionados os estudos elegíveis, explorando-se os materiais selecionados, para um estudo mais detalhado, sendo posteriormente realizada a classificação e categorização dos dados identificados. As categorias foram estabelecidas a partir da leitura dos estudos na íntegra.
- 3) Tratamento dos resultados: refere-se à inferência e interpretação, em que se procurou sintetizar e separar as informações colhidas.

Resultados e Discussão

Foram encontrados 109 estudos, sendo identificados e selecionados na busca inicial, 8 artigos e 3 dissertações. A fim de alcançar o objetivo, o material elaborado por meio de uma planilha com descritores, título do trabalho, autores, ano de publicação e link de acesso, foi analisado por dois juízes e houve divergências quanto a seleção de alguns estudos. Encaminhada a planilha para um terceiro juiz, foi possível chegar à definição dos estudos selecionados. Após a primeira leitura foram excluídos um total de 98 estudos que não estavam em conformidade com a pesquisa ou ainda repetidos.

O Quadro 1 apresenta a distribuição dos 11 estudos selecionados, com descritor, título, autor, ano, tipo de estudo.

Quadro 1- estudos selecionados para a pesquisa na base de dados Capes.

Título	Autor	Ano	Tipo de pesquisa
Avaliação da Acessibilidade de três escolas municipais de Criciúma/SC	Viana, Diego Figueredo	2012	A
Avaliação da Acessibilidade das Escolas Municipais de Itabira/MG	Alice Martins de Magalhães <i>et al.</i>	2024	A
Acessibilidade arquitetônica, deficiência física e o direito à educação: um olhar em escolas municipais de Pinhais	Cardozo, Raphael Demóstenes ; Scheneider, Gabriela	2021	A
A formação do diretor de escola: limites e possibilidades na conjuntura da política atual	Araujo, Eduardo Santos	2018	A
A formação continuada de Diretoras de Escola da Rede de Educação Básica em São José dos Campos- SP	Pocker, Erica Pastorelli; Calil, Ana Maria Gimenes Corrêa	2018	A
Formação do gestor escolar em Pernambuco	Rodrigues, Luiz Alberto Ribeiro	2021	A
Avaliação da acessibilidade e mobilidade arquitetônica em Escolas do Ensino Fundamental de Viçosa/MG	Evangelho, Larissa Silva	2014	A
Deficiência física e acessibilidade: avaliação de escolas do interior de Mato Grosso do Sul	Prado, Thaiane de Souza; Martins, Bárbara Amaral	2023	A
Acessibilidade arquitetônica no ambiente escolar: estudo de caso das escolas Municipais de Gravatá-PE contempladas com o Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE- Escola Acessível	Lira, Jessica Fabíola Gonçalves	2020	D
Acessibilidade no ambiente escolar: reflexões com base no estudo de duas escolas municipais de Natal/RN	Calado, Giordana Chaves	2006	D
Acessibilidade nas escolas: um olhar sobre a aplicação dos Recursos do Programa Escola Acessível em Aracruz/ES	Santana, Renata Corti	2019	D

Fonte: elaboração própria (2024).

Legenda: A- artigo; D- Dissertação; T- Tese

O Quadro 2 apresenta as categorias encontradas nas pesquisas selecionadas, que serão apresentadas e discutidas na sequência. O critério utilizado para a categorização foi semântico. As categorias selecionadas pelos autores passaram por dois juízes para conferir o grau de generalização e validação. Após a análise feita pelos juízes, foi elaborado o Quadro 2.

Quadro 2 - Categorias encontradas nos estudos selecionados

Categorias	Pesquisa	Tipo de pesquisa
Avaliação da acessibilidade física nas escolas	Viana; Calil (2012)	A
	Magalhães <i>et al.</i> (2024)	A
	Evangelo (2014)	A
	Prado e Martins (2023)	A
	Lira (2020)	D
	Calado (2006)	D
	Rodrigues (2021)	A
Formação de diretores de escola	Cardozo (2021)	D
	Araújo (2018)	A
	Pocker; Calil e Corrêa (2018)	A
	Santana (2019)	D

Fonte: elaboração própria (2024)

A acessibilidade física nas escolas do Ensino Fundamental desempenha um papel importante na promoção da igualdade de oportunidades educacionais para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou condições físicas. No entanto, a implementação de medidas eficazes de acessibilidade pode ser desafiadora para os diretores de escola e requer investimento de recursos e esforços coordenados, incluindo uma formação continuada.

Por meio de estudos elegíveis nesta pesquisa, foi possível constatar a necessidade de ampliação de pesquisas referentes a temática em questão, uma vez que, na busca produzida, constatou-se escassez de evidências científicas.

Os estudos selecionados passaram por análise criteriosa e foram categorizados. Fica clara a necessidade de formação dos diretores de escola sobre como avaliar a acessibilidade física e posteriormente adequar as escolas conforme necessidades e condições.

A coleta de dados compreendeu a busca de estudos na base de dados Capes. Após a análise, não foram encontradas pesquisas que identificassem a formação do diretor de Escola de Ensino Fundamental em acessibilidade física.

Analizando a categoria Avaliação da Acessibilidade Física nas Escolas, Calado (2006) empregou uma abordagem multi-método em seu estudo, com vistoria técnica baseada na NBR 9050/2004, mantendo contato com as pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, passeio acompanhado e entrevista com gestores. Foram selecionadas, a princípio, 13 escolas que já haviam passado por intervenção, porém, somente duas possuíam alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, que posteriormente participaram do estudo.

De acordo com a autora, o estudo concluiu que a qualidade das obras não correspondeu ao padrão de acessibilidade adequado pela falta de conhecimento tanto dos diretores de escola quanto dos responsáveis pelas obras. A falta de conhecimento dos responsáveis pelas obras, faz com que realizem intervenções paliativas e fora do padrão exigido pela normativa.

O estudo de Viana e Calil (2012) teve como objetivo avaliar a acessibilidade física de três escolas do Ensino Fundamental, por meio de um *checklist* com base nos parâmetros da NBR 9050/2004,

utilizando o passeio acompanhado e o mapeamento visual. O estudo concluiu que a dificuldade na avaliação da acessibilidade e as reformas adequadas se deve ao fato de que os gestores não receberam capacitação, assim como os funcionários do setor de obras da Prefeitura, pois apresentaram dificuldades quanto ao conhecimento das normativas de acessibilidade.

No estudo de Evangelo (2014), foi utilizada uma abordagem de avaliação pós ocupação com observação *in loco*, questionários com os alunos e entrevistas com diretores e professores em escolas, somente com alunos que apresentavam deficiência física ou mobilidade reduzida. O estudo mostrou que havia poucos alunos com deficiência e mobilidade reduzida nas escolas e que nenhuma delas era acessível. Os diretores, professores e demais funcionários avaliaram as escolas de forma negativa em que os acessos e as dimensões dos espaços, assim como a falta de capacitação profissional foi o fator predominante para não implementação da Inclusão Escolar.

Rodrigues (2021) realizou um estudo em três escolas de Ensino Fundamental, entrevistando gestores. O objetivo era descobrir se o espaço construído e dirigido pelas diretoras era um espaço de inclusão ou exclusão, de acordo com suas características arquitetônicas. Foram descobertas várias dificuldades quanto à promoção da acessibilidade arquitetônica para alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida.

Cardozo (2021) realizou um estudo com o objetivo de analisar a acessibilidade arquitetônica em escolas municipais de Pinhais, no estado do Paraná, sob o viés do direito a uma educação de qualidade e das normativas já existentes. Foram investigadas quatro escolas, através de um roteiro de observação composto por 122 itens e entrevista com as diretoras. Ficou claro que, ainda com adaptações realizadas, a acessibilidade arquitetônica foi identificada como forma de seleção para o acesso e permanência nas escolas para um público específico, mostrando a falta dos conceitos do Desenho Universal, da própria legislação e das normas, que indicam parâmetros para construir e adaptar ambientes e mobiliários, tornando-os acessíveis. Os diretores não estão preparados para realizar o estudo das adequações nas escolas. E quando se torna necessário, ou seja, quando este aluno surge, o tempo é longo, muitas vezes a família desiste da escola ou do ensino para a criança.

No estudo de Lira (2023) foi avaliada a acessibilidade física de sete Escolas Públicas de Ensino Fundamental de Piumhi/MG. A avaliação foi realizada por meio de um *checklist* contendo critérios específicos para avaliar a acessibilidade e mobilidade das escolas e por meio de um questionário proposto por Santana (2017). A autora afirmou que não utilizaram o protocolo de Audi e Manzini (2006), pois no momento não era viável diante da realidade das escolas. O questionário utilizado foi adaptado com o acréscimo de itens como o refeitório e biblioteca. Esta pesquisa não encontrou nenhuma escola com 100% de acessibilidade, pois há sempre alguns itens em desacordo com a NBR9050/2004.

A autora conclui em sua busca na base de dados, que em 2019, 61,13% das pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, não concluem o Ensino Fundamental por falta de acessibilidade nas escolas. O motivo, segundo a autora, é fruto das diversas barreiras arquitetônicas existentes ainda nas escolas. Acrescentou que é preciso avaliar a necessidade das reformas para acessibilidade, com planilhas orçamentárias adequadas para envio aos setores e autoridades competentes, o que exige capacitação sobre a temática.

Analisando o estudo de Prado e Martins (2023), que avaliaram sete escolas de nível fundamental por meio do “Protocolo para Avaliação de Acessibilidade em escolas do ensino fundamental” de

Audi e Manzini (2006), utilizando como instrumento de coleta de dados. As autoras concluíram que as escolas estão pouco adaptadas para receber estudantes com deficiência física, visto que foram encontradas barreiras arquitetônicas capazes de impedir ou dificultar o acesso a todos os ambientes das escolas.

Magalhães *et al.* (2024) apontaram um dado preocupante em seu estudo, no qual avaliaram a acessibilidade física de 16 escolas, totalizando 258 crianças com alguma deficiência ou mobilidade reduzida. O resultado apontou que as escolas possuem menos de 60% de condições de acessibilidade. O protocolo utilizado foi de Audi e Manzini (2006). O baixo índice de acessibilidade nestas escolas é preocupante, pois mesmo algumas escolas que obtiveram uma nota mais alta, ainda se apresentam fora do padrão de acessibilidade proposto pela NBR 9050/2004. Os autores acrescentaram que após uma busca em base de dados, concluíram que mesmo após algumas escolas já terem sido avaliadas em 2009 e serem consideradas não acessíveis, os alunos ainda no período de pesquisa necessitavam de constante auxílio dos colegas e funcionários para deslocamento.

Analisando a categoria Formação de Diretores de Escola, foram identificados três estudos que apresentaram a importância da formação dos diretores.

O estudo de Araújo (2018) discutiu a formação de diretores de escolas de educação básica como fator fundamental para que se alcance melhoria na qualidade educacional pública. O questionamento estava para que formar diretores. A partir das questões destacadas na pesquisa, ficou constatada a importância do trabalho que se constrói em torno das dificuldades enfrentadas pelos diretores de escola na falta de políticas públicas mais engajadas na educação.

Pocker, Calil e Corrêa (2018) realizaram um estudo com 10 gestoras, sobre formação continuada de diretoras da rede de ensino em São José dos Campos-SP. O objetivo era coletar opiniões sobre diferentes temas e principalmente sobre a urgência na formação continuada de gestores escolares, utilizando para coleta de dados, o grupo focal. Os gestores que participaram da pesquisa, possuíam um período de trabalho na função entre 5 e 19 anos. O estudo concluiu que existia uma lacuna em relação a formação dos gestores escolares, que não havia muitas opções de formação, originadas da Secretaria de Educação e que a demanda de trabalho era grande. O que chama a atenção neste estudo é que nenhuma das gestoras demonstrou interesse em buscar qualificação fora de seu horário de trabalho, em uma postura proativa.

Santana (2019) realizou um estudo sobre gestão dos recursos do Programa Escola Acessível (PEA) nas escolas municipais de Aracruz contempladas no período de 2011 a 2017.

Participaram da pesquisa 15 gestores de escolas de Ensino Fundamental por meio de entrevista. O estudo demonstrou que é possível inferir que o Programa Escola Acessível avança na perspectiva de construir uma escola acessível e inclusiva a todos. No entanto, os recursos destinados são insuficientes para executar o que é necessário. Os gestores apontaram sugestões para elaborar um levantamento das reais necessidades da escola, para ter maior eficiência do Programa, pois há uma incoerência entre os recursos destinados, os propósitos do Programa e as demandas da escola. São necessários investimentos de grande porte financeiro e dificuldades para promover dentro dos padrões estabelecidos pela ABNT 9050/2015 a acessibilidade aos alunos da educação especial. Necessita de maior engajamento entre as diferentes esferas administrativas da educação e conhecimento sobre o tema, para realizar levantamento das prioridades e executar dentro das normativas exigidas.

Conclusão

Com o presente estudo concluiu-se que para garantir a inclusão de alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida, bem como a promoção de um ambiente escolar acessível para todos, é necessário que gestores escolares promovam um espaço inclusivo. Os recursos financeiros recebidos do Programa Dinheiro Direto da Escola - PDDE / Escola Acessível, não são suficientes e a forma de gerenciar tais recursos exige entendimento do tema inclusão e acessibilidade, conhecimentos específicos de acessibilidade física, necessitando de formação continuada tanto para gestores como para os funcionários que realizam as obras, para aprender a avaliar, qual protocolo utilizar para esta avaliação e priorizar adequações.

Vale destacar a necessidade de pesquisas referentes à temática da formação de diretores de escola de ensino fundamental sobre acessibilidade física, pois por meio das buscas foram localizados poucos estudos sobre o tema.

A formação de diretores em como avaliar a acessibilidade física nas escolas de Ensino Fundamental pode causar grande impacto, uma vez que este estudo apresentou a falta de formação dos gestores, falta de conhecimento sobre protocolos de avaliação, e dificuldade em realizar na prática as adequações necessárias em conformidade com as normativas de acessibilidade.

Referências

ARAUJO, Eduardo Santos. **A formação do diretor de escola: limites e possibilidades na conjuntura da política atual.** Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_openaire_primary_doi_9238bb2f5bd847e693c78ecf8efd695f Acesso em 18 fev 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos** (NBR 9050:2020 Versão Corrigida: 2021, válida a partir de 03/08/2020). Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Disponível em: <https://www.canoas.rs.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/norma-abnt-NBR-9050-2015-emenda-1-2020.pdf> Acesso em: 20 de fev. 2024.

AUDI, Eloisa Mazzini Miranda. MANZINI, Eduardo José. **Protocolo para avaliação de acessibilidade em escolas do ensino fundamental:** um guia para gestores e educadores. Marília: ABPEE, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005,** de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/> Acesso em 20 fev 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Glossário da educação especial:** Censo Escolar 2022 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023.

- CALADO, Giordana Chaves. **Acessibilidade no ambiente escolar**: reflexões com base no estudo de duas escolas municipais de Natal-RN. Dissertação. Disponível em: <http://projedata.grupoprojetar.ct.ufrn.br/dspace/handle/123456789/1519> Acesso em 22 fev 2024.
- CARDOZO, Rafael Demóstenes. SCHENEIDER, Gabriela. **Acessibilidade arquitetônica, deficiência física e o direito à educação**: um olhar em escolas municipais de Pinhais. Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-23, e-18321.084, 2021 Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/18321/209209215530> Acesso em 28 fev 2024.
- EVANGELO, Larissa Silva. **Avaliação da acessibilidade e mobilidade arquitetônica em Escolas de ensino fundamental de Viçosa – MG**. Dissertação 2014. Disponível em: <locus.ufv.br/bitstream/123456789/6571/1/texto%20completo.pdf> Acesso em 22 fev 2024.
- GALVÃO, Taís Freire. PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. Epidemiol. Serv. Saúde v.23 n.1 Brasília mar. 2014. Disponível em http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018%3E%3E Acesso em 22 fev 2024.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. 6. ed. e ampl. São Paul: Heccus Editora, 2013.
- LIRA, Jessica Fabíola Gonçalves. **Acessibilidade arquitetônica no ambiente escolar: estudo de caso das escolas Municipais de Gravatá- PE contempladas com o Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE- Escola Acessível**. Dissertação.2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/43515> Acesso em 18 fev 2024.
- LÜCK, Heloísa. (org.). **Gestão escolar e formação de gestores**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- MAGALHÃES, Alice Martins. REIS, Cleusa Aparecida dos. FONTANA, Jair da Silva. **Avaliação da acessibilidade das escolas municipais de Itabira/MG. Disponivem em**: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_7458_SPP2016827449 Acesso em 20 fev 2024.
- MANZINI, E. J.; CORRÊA, P. M. **Avaliação de acessibilidade na educação infantil e no ensino superior**. São Carlos: Marquezzine & Manzini: ABPEE, 2014.
- PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica.17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.
- POCKER, Erika Pastorelli; CALIL, CORRÊA, Ana Maria Gimenes. **A Formação Continuada de Diretoras da Rede de Educação Básica em São José dos Campos-SP**. Revista de Administração Educacional - jul./dez 2016 Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ADED/article/view/23101>>. Acesso em 29 fev 2024.
- PRADO, Thaiane de Souza; MARTINS, Barbara Amaral. **Deficiência física e acessibilidade: avaliação de escolas do interior de Mato Grosso do Sul. v. 4. 2023. Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/impa/article/view/12095> Acesso em 18 fev 2024.
- RODRIGUES, Luiz Alberto Ribeiro. **Formação do gestor escolar em Pernambuco. Disponível em**: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_openaire_primary_doi_048902c51be44c7fd1f3484d5e0d26fe Acesso em 28 fev 2024.
- SANTANA, Renata Corti. **Acessibilidade nas escolas: um olhar sobre a aplicação dos Recursos do Programa Escola Acessível em Aracruz/ES**. Dissertação. 2019. Disponível em: https://repositorio.ivc.br/handle/123456789/1007?locale-attribute=pt_BR Acesso em 21 fev 2024.

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

VASCONCELOS, Fernanda Mussato. **Protocolo Digital de Avaliação de Acessibilidade Escolar: Análise da Transmissão e do Banco de Dados**. Dissertação. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília. 2023.

VIANA, Diego Figueiredo. SILVESTRE, Tatiane de Souza. AVILA, Jean Marcos Leal. BRANDÃO, Milena de Mesquita. **Avaliação de acessibilidade de três Escolas Municipais de Criciúma/SC**. Rev. Técnico Científica (IFSC), v. 3, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.criciuma.ifsc.edu.br/sict-sul/>
Acesso em 25 fev 2024.